



Ao Senhor

**Vicente Andreu Guillo**

Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas

Nesta Capital

Prezado Senhor,

Ao cumprimenta-lo cordialmente encaminhamos as observações e contribuições iniciais do setor industrial ao Projeto Legado. Conforme acordado em reunião da Rede de Recursos Hídricos da Indústria, realizada em São Paulo em 03 de julho com sua presença, o setor industrial aprofundou a discussão e provocou um debate interno sobre as propostas contidas no Documento Base - Versão Zero. As posições e sugestões aqui apresentadas são fruto de um estreito diálogo entre as Federações de Indústria, Associações Setoriais e empresas organizado no âmbito da Rede de Recursos Hídricos da Indústria, coordenada pela CNI.

Serão destacados apenas os aspectos de maior preocupação para o setor industrial. Os temas ou propostas que não forem objeto de manifestação nesse encaminhamento não contam, necessariamente, com apoio do setor.

As manifestações formais do setor industrial se darão quando da tramitação das mesmas nas instâncias colegiadas, em especial no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, quando formalizadas, ou por meio da ação das entidades representativas nas ações de defesa de interesses junto aos Poderes Executivo e Legislativo, quando pertinente. O setor não se furtará de participar de toda a qualquer discussão construtiva sobre os rumos da Política Nacional de Recursos Hídricos com o governo e com os diferentes atores da sociedade, como vem fazendo até o momento.

Não obstante, é imperioso destacar que os representantes do setor que participaram das etapas de discussão do Projeto Legado não têm mandato específico para referendar ou rejeitar as propostas em debate. Desta forma, a participação de representantes do setor industrial nas reuniões não pode e nem deve ser considerado como condição para se tornar membro da Comissão Consultiva automaticamente. Um processo formal de indicação seria necessário para esse tipo de referendo.

Conforme pactuado no âmbito da Rede de Recursos Hídricos da Indústria, manifestações complementares ao presente documento poderão ser enviadas por Federações de Indústria e/ou Associações Setoriais e empresas industriais, sempre em função das especificidades das organizações ou dos setores.

Reiteramos o reconhecimento de que a iniciativa do Projeto Legado avança frente a qualquer outra avaliação da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos por trazer propostas concretas para o ajuste do marco institucional que rege a gestão das águas do País. A amplitude das propostas apresentadas associada à sobreposição de iniciativas de discussão dos rumos da Política Nacional de Recursos Hídricos que envolvem a ANA e a SRHU-MMA (OECD, Banco Mundial/IPEA, revisão do PNRH, Estudo da FGV sobre Instrumentos Econômicos, planos de bacia em curso, dentre outros.) dificulta uma análise aprofundada. O setor industrial tem sido chamado a se manifestar/participar de todos os processos em curso e, por vezes, se depara com proposições não convergentes, mesmo que as diferentes iniciativas estejam sob a mesma liderança institucional. Esse aspecto traz, ao setor, dúvidas e insegurança quanto aos processos de formalização e encaminhamento dos diversos resultados.

O setor industrial, nos últimos 5 anos, encaminhou diversas propostas de aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos à Agência Nacional de Água e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Tais propostas estão expressas em estudos e documentos de posicionamento produzidos pelo setor, conforme segue:

- 2012
  - Estudo - Cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos, Do Conhecimento, Dos Caminhos da Água
  - Documento de Posição - Gerenciamento e Cobrança Pelo Uso da Água
- 2013
  - Nota Técnica - Proposta de Diálogo Sobre o SINGREH
- 2014
  - Justificativa de Pedido de Vistas sobre Deliberação sobre proposta de Resolução que aprova novos valores para os PUBs da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB
  - Requerimento de Urgência para apreciação da proposta de resolução sobre a prioridade de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos
- 2016
  - Documento de Posição - Cobrança Pelo Uso da Água - CBH Paranaíba - Segmento Usuários
  - Contribuição da Indústria Para o Tema Escassez Hídrica

Considerando a versão do Projeto Legado apresentada na reunião da Rede de Recursos Hídricos da Indústria de 03 de julho, o setor priorizou o debate e o posicionamento sobre os seguintes temas:

**Cobrança pelo uso dos recursos hídricos:** necessidade de um Projeto de Lei para regulamentar especificamente a cobrança pelo uso da água, nos moldes da Lei N.º 12.183/2005, (29/12/2005) que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, respeitadas as regulamentações legais específicas dos estados e Distrito Federal.

**Reuso de Efluentes Domésticos Tratados (considerar as diferentes modalidades – Reúso direto, Reúso indireto, Reaproveitamento / Reutilização, Reciclo:** também nesse tema, o setor industrial entende a necessidade de uma regulação específica que viabilize segurança jurídica para investidores, produtores e usuários de água proveniente de resuo de efluentes domésticos tratados. O setor vem fazendo um debate aprofundado sobre a necessidade de criar um ambiente institucional favorável ao aumento na escala do uso de reuso como fonte alternativa de água. A compreensão é que o regramento dessa atividade deve ser voltado ao seu incentivo e não a imposição de condições restritivas para adoção dessa prática. O PLS 12/2015 traz um bom caminho e poderia ter sua tramitação incentivada no âmbito da movimentação política provocada pelo Projeto Legado. Também para esse aspecto está em curso a discussão de um textos normativos voltados à regulamentação técnica como para o reúso em edificações no âmbito da ABNT.

**Decreto de Racionamento Preventivo** – o texto de Decreto de Racionamento Preventivo utilizado, que consta do documento Projeto Legado. A iniciativa de regulamentar o disposto inciso X e no § 2º do caput do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 é meritória e supre uma lacuna institucional do arcabouço da gestão das águas no País. Uma leitura atenta da proposta de dispositivo legal, mostra que o Decreto teria a função de estabelecer as condições de contorno para a atividade da ANA .

O texto de Minuta de Decreto circulado pela ANA durante as discussões do Projeto Legado é genérico quanto as condições de contorno, não contribuindo para a segurança jurídica, especialmente para os setores usuários da água. Uma análise acurada sobre o Artigo 3º, por exemplo, faz perceber que são estabelecidos parâmetros e não verdadeiros critérios, ou seja, não está claro o quanto da relação entre disponibilidade e demanda ou quanto dos estoques acumulados indica uma situação de escassez.

Certamente essa definição, em âmbito nacional, se reveste de particular complexidade, entretanto seria desejável que fossem estabelecidos procedimentos transparentes e critérios mais objetivos para que os usuários pudessem acompanhar os sistemas hídricos e se planejem para uma eventual declaração de racionamento preventivo. Outro exemplo a destacar está no, também, genérico Parágrafo Único do Artigo 4º da proposta. O disposto não determina a forma de consultar as partes interessadas e nem mesmo vincula a consulta aos setores que serão diretamente afetados pelo racionamento. Portanto, propõe-se uma reflexão maior sobre o tema, em fórum mais específico para uma correta e adequada revisão do texto do Decreto.

É nossa sugestão que, o melhor encaminhamento para o tema seria a pactuação de procedimentos para definição de situação crítica e consequente restrição de usos prévios a essas situações, considerando os ritos e as competências já estabelecidas no âmbito do SINGREH, especialmente dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Antecipar esse tipo de debate, antever soluções e formas de enfrentá-las evitaria adotar mecanismos de regulação impostos de cima para baixo que destoam da lógica e dos fundamentos do Sistema e podem levar à judicialização.

**Conferência Nacional das Águas** – O SINGREH tem uma estrutura própria e adequada de diálogo efetivo com a sociedade que deve ser respeitada e fortalecida. Criar um canal paralelo para o diálogo com a sociedade não favorece uma estratégia de fortalecimento do SINGREH. No nosso entendimento é de que esta proposta irá aumentar a fragilidade e comprometer a legitimidade das deliberações dos colegiados de recursos hídricos. É preciso lembrar aqui que os Planos de Bacia Hidrográfica preveem audiências públicas para sua elaboração, ou seja, a preocupação de se ampliar para além dos colegiados a discussão sobre as questões hídricas locais são competentemente supridas por essa previsão.

De acordo com os diversos estudos e iniciativas mencionados sobre diagnósticos e avaliações da Política Nacional de Recursos Hídricos, o enfraquecimento dos colegiados do Sistema é tema recorrente. Portanto, as propostas devem convergir com um esforço para fortalecê-los como instância de diálogo com a sociedade, fator fundamental para não relegá-los, definitivamente, a um papel secundário e burocrático. Para consolidar o SINGREH é fundamental qualificar e consolidar os Comitês de Bacia, esse deve ser o desafio primeiro no sentido da democratização da gestão das águas.

**Composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos** – a imperiosa necessidade de que seja revista a maioria absoluta do Governo Federal é o mérito da proposta apresentada, entretanto o setor industrial entende que deve ser mantida a proporcionalidade da representação dos setores usuários. O setor usuário já é minoria no Conselho, aquele que paga e utiliza os recursos hídricos para a geração de riqueza (emprego e renda). Ter sua participação proporcional reduzida em função do aumento da participação do poder público seria um desestímulo do setor para engajamento na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Na prática, a alteração proposta amplia percentualmente a representação do setor público e reduz a representatividade dos setores usuários e da sociedade civil, mantendo uma assimetria decisória e contrariando os princípios da ênfase nos múltiplos usos e da gestão democrática e participativa.

Fundamental reconhecer que além da questão da composição, é urgente reverter o total enfraquecimento do **Conselho Nacional de Recursos Hídricos**. O importante é fortalecer o CNRH com as atribuições pensadas para esses colegiados de forma a se ter uma representação ativa e temas importantes na pauta, que sejam debatidos pelos atores sociais e não encaminhados sem o devido diálogo com a sociedade.

**Segurança de Barragens** - Destacando, da segunda versão do texto do Projeto Legado de julho de 2017, quando trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, especificamente da criação do Conselho Nacional de Segurança de Barragens, é fundamental reconhecer que o assunto tem grande complexidade técnica. Em função disso deveria ser abordado em outro ambiente, respeitando a participação de todos os atores envolvidos, mas com maior ênfase em um garantir um corpo técnico especializado para tratar do tema.

**Sustentabilidade Financeira** - As propostas apresentadas nesse tema que envolvam a alocação de recursos financeiros e despesas, ainda que para custeio de atividades, deverão estar contempladas e consoantes às prioridades, ações e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016 -2020, nos termos da Resolução CNRH 181/16.

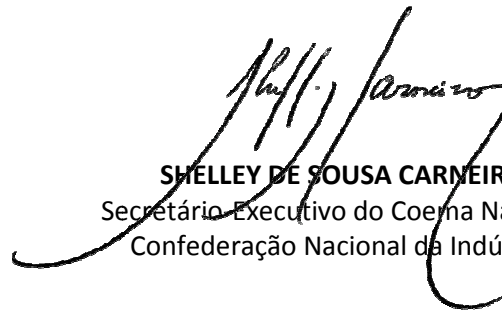
**Alterações dos Marcos Legais** - Relativas a mudanças de marcos legais, em especial às proposições legislativas com origem do Poder Executivo, considerando que o inciso V do artigo 35º da Lei 9433/1997, será importante fazer valer a competência do CNRH para analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e a Política Nacional de Recursos Hídricos. Nesse sentido, nossa recomendação é que as proposições legislativas sejam submetidas ao CNRH, para análise de seu mérito, respeitando as demais prioridades existentes e aprovadas no âmbito do Conselho com objetivo de assinar maior suporte institucional às mesmas quando da tramitação no Congresso Nacional.

Além dos itens acima referidos, recomenda-se que o Projeto legado incorpore os seguintes aspectos complementares:

- **Aperfeiçoamento dos instrumentos de outorga:** necessidade de modernização dos critérios de outorga, deixando de ser outorga fixa em função de vazões críticas. Discutir outorgas sazonais mediante as quais um usuário poderia captar maior volume e assim acumular água em períodos de cheia para utilização em períodos de estiagem.
- **Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos e da Rede de Monitoramento:** Importante inserir como meta a melhoria da malha de estações fluviométricas do país, já que é a base de todo o gerenciamento de recursos hídricos e deve ser robusta, bem como uma orientação específica do CNRH para investimentos dos recursos arrecadados por meio da cobrança do setor elétrico, com meta física definida, em (i) estruturar e integrar as bases de dados Estaduais e Federais e (ii) disponibilização estas informações no SNIRH, principalmente os dados de vazões outorgáveis e outorgadas dos corpos hídricos tanto de domínio federal quanto estadual.

A CNI mais uma vez reitera sua disposição ao diálogo construtivo em prol de uma Política de Recursos Hídricos eficiente e efetiva. Reconhecemos que a qualificação da gestão das águas do país é um ativo para a segurança da produção industrial. Situações críticas de escassez hídrica são prejudiciais à produção industrial, aumentam custos e afetam a competitividade.

Atenciosamente,



**SHELLEY DE SOUSA CARNEIRO**  
Secretário Executivo do Coema Nacional  
Confederação Nacional da Indústria

